



TESE DE CONJUNTURA PARA A XIX PLENÁRIA NACIONAL DO FNDC

1. Nosso país vive uma conjuntura muito delicada e difícil. Desde o final de 2014, os setores conservadores, derrotados na disputa presidencial, passaram a construir diferentes estratégias para inviabilizar o atual Governo. Combinando uma ação ofensiva no Parlamento com uma atuação articulada da mídia privada, atividades massivas nas ruas e nas redes, boicote de setores empresariais e uma ação golpista de setores conservadores enquistados no aparelho do Estado, a direita se fortalece e tenta promover retrocessos nos avanços sociais dos primeiros 12 anos dos Governos Lula-Dilma.
2. A fragilidade política do atual governo se agrava com a crise econômica – exacerbada pela crise internacional das *commodities*, pelos limites das medidas anticíclicas adotadas, pela estagnação das políticas de distribuição de renda e pela não realização de reformas estruturais, como a Reforma Tributária.
3. Neste cenário, o segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff toma medidas equivocadas para enfrentar a crise. Tem privilegiado a aliança com partidos de centro-direita e adotado uma agenda econômica conservadora para agradar ao mercado, combinando uma política de juros altos e rigoroso ajuste fiscal – pilares da política neoliberal. Além disso, propõe uma Reforma da Previdência que ataca os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e tomou a decisão de abrir para o capital estrangeiro a exploração do pré-sal, abrindo mão da exclusividade da Petrobras no processo de perfuração. No campo social, partem do governo iniciativas de caráter conservador como Lei Anti-Terrorismo, recém-aprovada no Congresso. Assim, na busca de estancar a crise econômica e a instabilidade política, o governo adota medidas que vão de encontro à agenda de mudanças progressistas que garantiu sua vitória nas urnas, e o afasta de sua base social, o que contribui para reduzir ainda mais sua popularidade.
4. No Congresso Nacional mais conservador das últimas décadas, com a Câmara presidida por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), sucedem-se pautas que retiram direitos e retrocedem em termos das liberdades individuais. A bancada BBB (Bala, Boi, Bíblia), impõe ataques aos direitos das mulheres, índios, negros, à comunidade LGBT e aos trabalhadores em geral, a agenda da redução da maioria penal e a contra-reforma política aprovada são exemplos de um movimento que culminou com a instalação do pedido de impeachment da Presidenta Dilma, numa clara tentativa de golpe contra a democracia.
5. A campanha pró-impeachment e as ações jurídicas e políticas para desgastar o governo têm, nos grandes veículos de comunicação, um mentor e entusiasta de primeira hora. Cobertura seletiva, manipulação de informações, superdimensionamento da crise econômica (o que resulta em seu aprofundamento), apoio a medidas duras de ajuste fiscal e incentivo às manifestações de rua da oposição são frequentes nos noticiários nacionais. Mais do que isso, a mídia tradicional segue impondo um discurso único e cerceando um debate plural sobre os rumos do país. Vozes dissonantes acerca dos temas

Secretaria Executiva do FNDC

Setor Comercial Sul, Quadra 6 – Ed. Presidente, sala 206, nº141 – CEP: 70.327-900 – Brasília (DF)

secretaria@fndc.org.br – www.fndc.org.br



em discussão são rapidamente constrangidas e silenciadas. Tal comportamento, opressivo, tem recebido aceitação por grande parte da população, complexizando ainda mais a obtenção de apoio para iniciativas voltadas à democratização das comunicações.

6. Nas redes, a crise conjuntural tem resultado em verdadeiras campanhas de difamação e desinformação e propagado uma onda de ódio e intolerância, que também se manifesta no mundo offline em agressões a políticos de esquerda, lideranças populares e até a artistas progressistas.

7. Neste contexto, os setores progressistas encontram-se numa situação de defensiva e resistência. Apesar das dificuldades históricas para se construir a unidade no âmbito das forças populares, muitas iniciativas frentistas têm buscado articular variadas organizações da sociedade para enfrentar a crise. A Frente Brasil Popular – cuja construção tem contado com intensa participação do FNDC – e a Frente Povo Sem Medo já deram, individualmente e também em conjunto, uma clara sinalização de que o quadro atual só poderá ser revertido com muita mobilização popular. Não só para enfrentar a onda avassaladora de conservadorismo – e, em particular, a tentativa de golpe – mas também para pressionar o Governo Federal a cumprir o programa que elegeu a Presidenta Dilma.

8. No atual cenário, a sinalização de Dilma, durante a campanha eleitoral, de que a discussão sobre a regulação econômica dos meios de comunicação seria uma das prioridades do segundo mandato foi totalmente abandonada. As duas mudanças no Ministério das Comunicações não alteraram o quadro de omissão do governo diante dos desmandos da mídia. A recente eleição de Mauricio Macri na Argentina e o desmonte que ele tem provocado na *Ley de Medios* – que sempre serviu de inspiração para o processo brasileiro da Lei da Mídia Democrática – fortaleceram, inclusive, o discurso antirregulação no Brasil. O Minicom continua sendo tratado como um balcão de negócios – sobretudo para atender os interesses das empresas de telecomunicação – e o governo claramente não tem vontade política, nem coragem, para enfrentar os ‘barões da mídia’.

9. Apesar das inúmeras denúncias feitas pelo movimento social – algumas delas resultaram, inclusive, em medidas e ações movidas pelo Ministério Público Federal –, o Ministério das Comunicações não alterou seus procedimentos internos para ampliar a fiscalização e responsabilizar as emissoras por ilegalidades na exploração do serviço de radiodifusão, como o arrendamento/sublocação de outorgas e transferências irregulares de licenças. Pelo contrário, se aproveitando de um pleito histórico das emissoras comunitárias pela redução da burocracia para a obtenção de autorização para as rádios, o MiniCom reduziu, para todas as emissoras, o número de documentos exigidos para a obtenção e renovação de outorgas. O órgão garante que a medida não resultará numa redução da fiscalização das emissoras comerciais de rádio e TV. Enquanto isso, para as comunitárias seguem as perseguições e fechamentos de emissoras e a criminalização de muitas de suas lideranças.



10. Sobre as outorgas controladas diretamente por deputados federais e senadores, o Ministério das Comunicações vigora como réu por omissão em ações que têm sido movidas pelo Ministério Público Federal, pedindo o cancelamento de tais licenças. O MPF, provocado por organizações da sociedade civil (incluindo o FNDC), abriu ações em diferentes estados da federação para que o Estado reveja essas outorgas, consideradas pelos procuradores, inconstitucionais. Nomes como o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o senador Aécio Neves estão entre os denunciados.

11. No processo de digitalização da TV aberta, os interesses dos radiodifusores tem prevalecido no âmbito do GIRED (Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV). Apesar a importante iniciativa do governo federal de distribuir conversores gratuitamente para as 14 milhões de famílias cadastradas no Bolsa Família, os equipamentos a serem entregues não contarão com mecanismos de interatividade plena. A boa notícia é que eles permitirão o acesso a filmes nacionais cujos direitos pertencem ao Ministério da Cultura e trarão informações sobre políticas sociais do governo federal.

12. Do ponto de vista do conteúdo, os grandes meios de comunicação seguem sem refletir a diversidade cultural e regional do país. Pelo contrário, a programação das emissoras de rádio e TV segue sendo utilizada para reforçar estereótipos, legitimar preconceitos sociais e, muitas vezes, ela própria violar direitos humanos, como é o caso dos programas policiaiscos, que se multiplicaram em todo o país diante do silêncio do Ministério das Comunicações. Pregando um discurso de justificação e defesa da redução da maioria penal, tais programas simbolizam atualmente o grau de omissão dos agentes fiscalizadores da radiodifusão no país.

13. No âmbito das políticas de telefonia e internet, enquanto a retomada do Plano Nacional de Banda Larga (ou Banda Larga para Todos) parece não sair do papel, o governo federal acaba de realizar uma consulta pública para modificar a Lei Geral de Telecomunicações. O objetivo anunciado é reformular o modelo de telecom em funcionamento no país para responder à demanda de ampliação do acesso à banda larga. O mérito é mais do que positivo, considerando a urgência da necessidade de universalização do acesso à Internet do país, quando 40% da população segue desconectada, sobretudo por razões econômicas. Porém, as declarações do Ministro André Figueiredo e da equipe do Ministério apontam para um caminho de extinção das concessões de telefonia fixa e flexibilização das regras na prestação dos serviços de telecom, incluindo o serviço de conexão à internet, com sérios prejuízos para a garantia dos direitos dos cidadãos.

14. A mesma disputa entre operadoras de telecom x usuários que se travou na consulta sobre a LGT dentro do MiniCom se repete atualmente na consulta para a regulamentação do Marco Civil da Internet, coordenada pelo Ministério da Justiça. Por pressão das teles, o texto do decreto presidencial colocado em consulta, apesar de reforçar aspectos importantes da lei, traz brechas preocupantes para a violação da neutralidade de rede, um dos pilares do MCI.



15. Na Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), apesar do ministro Edinho Silva ter recebido o FNDC em duas ocasiões, chegando a demonstrar uma maior compreensão da necessidade de se rever critérios para distribuição de verbas publicitárias, as ações da Secom apontam para um retrocesso no campo da comunicação pública. A Plataforma pelo Fortalecimento da Comunicação Pública, elaborada pelo FNDC em parceria com dezenas de organizações do campo e lançada em novembro de 2014, nunca saiu do papel. Em outubro de 2014, o leilão da faixa de 700 MHz do espectro radioelétrico da radiodifusão – que agora servirá à expansão da tecnologia 4G por empresas de telecomunicações – criou imenso obstáculo para as emissoras do campo público no processo de digitalização, que segue ameaçado, aliado aos desafios financeiros exigidos para essa transição.

16. Para além da incompreensão acerca do papel estratégico da comunicação pública no país – algo que vem desde o primeiro mandato de Dilma –, na atual gestão cresceram fortemente as críticas, sobretudo pelos trabalhadores/as, de ingerência, quebra da autonomia e tráfico de influência na Empresa Brasil de Comunicação, resultando em duas mudanças no comando da empresa em menos de seis meses. Mais recentemente, a EBC fez uma parceria com o governo federal para transmitir, via multiprogramação da TV Brasil, os novos canais digitais do Poder Executivo (Canal da Saúde, Canal da Educação e NBR) na TV digital aberta, contribuindo para ampliar a confusão entre comunicação pública e estatal.

17. No Congresso, no campo das comunicações, qualquer avanço também encontra dificuldades, apesar dos esforços da FrenteCom (Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular), da qual o FNDC faz parte. Projetos que possibilitariam conquistas no campo da democratização dos meios de comunicação têm recebido pareceres de arquivamento ou simplesmente estão engavetados nas comissões. Enquanto isso, multiplicam-se iniciativas de deputados ligados a Eduardo Cunha para mutilar o Marco Civil da Internet, que, dois anos depois da sanção da lei, ainda não teve seu processo de regulamentação concluído. O principal deles (PL 215/15) recebeu a alcunha de PL Espião. Na CPI de Crimes Cibernéticos, os setores vigilantistas tem ganhado inúmeros adeptos de que é necessário mudar nossa legislação para, num ataque à privacidade dos usuários/as, garantir uma suposta segurança à sociedade. No último período, a única notícia positiva para o setor no Parlamento foi a aprovação da lei que regulamenta o direito de resposta.

18. Porém, aprovada no Congresso, a lei já sofre diversos ataques no Supremo Tribunal Federal, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade baseadas na violação do direito à liberdade de expressão. O STF, neste sentido, também tem sido palco de disputas em torno dos limites à regulação dos meios de comunicação. Se, por um lado, a ação das emissoras contra a Lei do SeAC, que regula a TV por assinatura, recebeu voto contrário do relator Luis Fux, que defendeu a regulação econômica dos meios, por outro a ADI 2404 contra a Classificação Indicativa já tem 4 votos favoráveis e apenas 1 contrário. A retomada do julgamento da ação pode se dar a qualquer momento.



19. Por fim, e não menos preocupante, o Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil - 2015, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), apontou o crescimento das agressões à categoria no ano passado. O levantamento registrou 137 ocorrências, oito a mais do que as 129 registradas no ano anterior. O número de assassinatos de jornalistas caiu, mas cresceu o de assassinatos de outros comunicadores. Em 2014, três jornalistas e quatro comunicadores foram assassinados. Já em 2015, houve duas mortes de jornalistas e nove mortes de outros comunicadores. Apenas um deles teve os assassinos e os mandantes identificados e denunciados pelo Ministério Público. Foram registrados ainda 16 casos de agressões verbais, 28 de ameaças e/ou intimidações, nove atentados, 13 ocorrências de impedimento do exercício profissional, nove cerceamentos à liberdade de expressão por meio de ações judiciais, oito prisões e ainda um caso de censura. A categoria dos jornalistas ainda foi vítima de violência, como um todo, em dois casos contra a organização sindical. No levantamento dos responsáveis pelas 137 agressões contra jornalistas, os policiais militares foram os principais autores em 28 casos (20,44%). Em